



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO
“CORDEIRO – CIDADE EXPOSIÇÃO”

DECRETO Nº 021/2020

**“DECRETA A REQUISIÇÃO ADMINISTRATIVA DO
HOSPITAL ANTÔNIO CASTRO.”**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE CORDEIRO, ESTADO DO RIO DE
JANEIRO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,**

CONSIDERANDO que as ações e Serviços de Saúde são de relevância pública, direito de todos e dever do Estado brasileiro;

CONSIDERANDO que a Constituição da República impõe à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios competência concorrente para adequada prestação de serviços de saúde à população;

CONSIDERANDO o dever constitucionalmente imposto a todos de utilizar os bens de sua propriedade de acordo com a função social;

CONSIDERANDO que a função social do Hospital Antônio Castro é atendimento filantrópico de saúde;

CONSIDERANDO que o nosocômio está com as suas portas fechadas, com a sua estrutura física totalmente inoperante, sem qualquer manifestação expressa e formal quanto a sua reabertura;

CONSIDERANDO o grave risco à saúde da população, com cenário epidemiológico em todo o Estado do Rio de Janeiro, com sérias ocorrências nos municípios fluminenses;

CONSIDERANDO que o Município de Cordeiro caminha para conclusão das obras de seu Pronto Atendimento que, quando efetivamente em operação, garantirá o atendimento em instalações próprias;

CONSIDERANDO que a Secretaria de Saúde realizou manutenção e obras de melhoria nas dependências do prédio requisitado, não gerando qualquer prejuízo à entidade proprietária;

CONSIDERANDO, ainda, os termos do Ofício FMS/Gab nº 098/2020, encaminhado pela Secretária Municipal de Saúde;

CONSIDERANDO, por fim, a real necessidade de atendimento hospitalar dentro dos limites da cidade de Cordeiro;



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO
"CORDEIRO – CIDADE EXPOSIÇÃO"

Com fulcro nos artigos 5º, XXV da Constituição Federal de 1988, no artigo 15, XIII, da Lei Federal 8.080/90 e no artigo 173, parágrafo 2º, da Lei Orgânica do Município de Cordeiro,

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretada a requisição administrativa de toda estrutura física, exclusivamente quanto aos bens imóveis e móveis do Hospital Antônio Castro, com propósito de garantir a continuidade da prestação de serviços de Saúde e fazer cessar o atual risco público coletivo ao qual está sendo submetido a população cordeirense.

§ 1º - A requisição de que trata este decreto abrange toda a estrutura física, bem todos os bens móveis que guarnecem.

§ 2º - Sem prejuízo de reavaliação posterior, a presente requisição vigorará por 12 meses, com possibilidade de prorrogação por igual período.

Art. 2º - São objetivos da requisição administrativa determinada neste decreto:

- I - fazer cessar o risco atual a saúde e a vida das pessoas atendidas pelo Hospital Antônio Castro;
- II - permitir a continuidade da prestação de serviços de saúde à população;
- III - adequar a infraestrutura do Hospital Antônio Castro para o seu pleno funcionamento, especialmente o Pronto Atendimento, internações e Centro Cirúrgico.

Art. 3º - Com a publicação deste Decreto, o Município de Cordeiro, incontinenti, restará mantido na posse do prédio e do mobiliário do Hospital Antônio Castro.

Parágrafo único - A Secretaria de Saúde deverá manter inventário dos bens, já realizado quando da edição do Decreto nº 021/2018.

Art. 4º - Durante a requisição, a administração do prédio será conduzida pela Secretaria de Saúde do Município, com a competência de:

- I - documentar e apresentar relatórios de todas as tarefas, providencias e diligencias adotadas;
- II - celebrar, rescindir e alterar contratos com prestadores de serviços e fornecedores;
- III - conferir ampla publicidade a todos os atos decorrentes da requisição administrativa;
- IV - reportar-se imediatamente a autoridade policial em caso de resistência, requisitando pronto comparecimento de força policial em caso de flagrante delito;
- V - adotar outras medidas necessárias ao atendimento das finalidades da requisição administrativa;

Art. 5º - Durante a vigência deste decreto, nenhuma atividade inerente à gestão da pessoa jurídica do Hospital Antônio Castro poderá ocorrer nas dependências do prédio sob requisição.

§ 1º - Eventual resistência, dificuldade, tumulto ou qualquer outra medida tendentes a obstar, dificultar ou impedir os trabalhos da requisição de que trata este decreto ou regular funcionamento dos serviços de saúde prestados no prédio do Hospital



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO
“CORDEIRO – CIDADE EXPOSIÇÃO”

Antônio Castro será imediatamente comunicada à autoridade policial para adoção das providências cabíveis.

§ 2º - A administração da pessoa jurídica, cujo bem imóvel é objeto da presente requisição administrativa, poderá retirar todos os documentos e equipamentos de informática que considerar necessários, mediante prévia comunicação e acompanhamento de pessoa indicada pelo poder executivo.

Art. 6º - Dar-se-á a mais ampla publicidade ao presente decreto, inclusive com sua publicação no portal da Prefeitura Municipal de Cordeiro na internet e Diário Oficial eletrônico.

§ 1º - Por ocasião da divulgação do presente decreto, deve-se informar à população de que requisição administrativa visa a melhoria das condições de prestação dos serviços de saúde no Município de Cordeiro.

§ 2º - A critério do chefe do Poder Executivo, poderão ser designadas audiências públicas para esclarecer a população sobre o teor deste decreto.

Art. 7º - Imediatamente após a edição deste decreto, o mesmo será encaminhado ao Conselho Municipal de Saúde de Cordeiro, para que este atue oportunamente dentro de suas competências.

Art. 8º - Os serviços necessários à prestação dos serviços de saúde no prédio do Hospital Antônio Castro serão contratados pelo Município de Cordeiro nos termos da Lei 8.666 de 1993;

Art. 9º - O presente ato não implica extinção da pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos do Hospital Antônio Castro.

Parágrafo único - A requisição administrativa não implica sucessão do Hospital Antônio Castro pelo Município de Cordeiro em nenhum aspecto, preservada a responsabilidade exclusiva daquela instituição, quanto às suas obrigações legais.

Art. 10 - Eventuais danos causados ao Hospital Antônio Castro em razão da requisição administrativa serão apurados em processo administrativo formal e, se comprovados, devidamente indenizados.

Art. 11 - As despesas decorrentes da execução deste decreto correrão à conta de dotações orçamentárias da Secretaria Municipal de Saúde, suplementadas se necessário.

Art. 12 - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito, 27 de fevereiro de 2020.



LUCIANO RAMOS PINTO
Prefeito